



Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Messenberg, Debora

O paradoxo da democracia. A participação política dos alunos da Universidade de Brasília

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. e1-e23

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74237096010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENCARTE DIGITAL 1

O paradoxo da democracia

A participação política dos alunos da Universidade de Brasília

Paradox of democracy

The political participation of students from the University of Brasilia

*Debora Messenber**

Resumo: É consenso entre os estudiosos da política que as formas de representação e participação nas democracias contemporâneas vêm sofrendo modificações profundas desde meados do século 20, não só no que diz respeito à pluralização dos atores políticos, mas também no que se refere aos espaços onde tais processos são exercidos. Entretanto, muito se tem investigado acerca do perfil dos atores e das instituições políticas em termos de sua caracterização ou sobre a intensidade da participação e da representação; porém poucos são os trabalhos que dirigem suas análises para a compreensão das avaliações subjetivas dos atores sociais a respeito de suas ações e instituições políticas. No sentido de trazer contribuição para esse debate, o artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada, no último trimestre de 2013, junto aos alunos da Universidade de Brasília, sobre os seus interesses em participar ativamente ou não do universo da política. Trata-se de estudo que discute, fundamentalmente, a intensidade e a qualificação da participação política dos alunos da UnB, com destaque para a interpretação de suas motivações e de suas percepções acerca do fazer e do pensar a política no Brasil.

Palavras chave: Participação política. Motivações políticas. Alunos da Universidade de Brasília.

Abstract; There is a consensus among scholars that the types of political representation and political participation in contemporary democracies have been undergoing profound changes since the mid-twentieth century, not only in regard to the pluralization of political actors, but also in regard to the space where such processes are exercised. Therefore, much has been investigated about the profile of actors and political institutions in terms of characterization or the intensity of participation and political

* Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, Brasil), fez estágio pós-doutoral na Universidade de Brasília e estágio sênior na Universidade de Oxford; atualmente é professora no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, DF, Brasil <deboramess@gmail.com>.

representation. However, few studies have addressed their analysis to the understanding of subjective evaluations of social actors about their actions and political institutions. In order to bring contribution to this debate, this article presents the results of the research accomplished in the last quarter of 2013 along with students from the University of Brasília about their interests in participating actively or not in the political universe. It is a study that discusses, basically, the intensity and the qualification of political participation of UnB students, mainly the interpretation of their motivations and their perceptions of making and thinking politics in Brazil.

Keywords: Political participation. Political motivations. University of Brasilia students.

Introdução

Entre os dias 11 e 13 de junho do ano passado foi realizado, em Brasília, um seminário internacional denominado *Desafios da Consolidação Democrática na América Latina*, organizado em conjunto pela Universidade de Brasília, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O evento buscou promover o debate entre especialistas latino-americanos e internacionais acerca das questões centrais que envolvem o fortalecimento da democracia no continente, após décadas de relativa estabilidade democrática na região.

De uma forma geral, as apresentações trataram dos inúmeros ganhos em termos da institucionalização democrática nesses diferentes países, mas também apontaram para certa amorfia ou descontinuidade em termos da mobilização e participação política em massa nessas sociedades. Qual não foi a surpresa para todos os conferencistas do evento, quando imediatamente após o seu término, explodiram, no Brasil, inúmeras manifestações, as quais levaram centenas de milhares de pessoas às ruas das principais capitais do país.

A constatação de que essas manifestações pegaram de surpresa os analistas políticos brasileiros e internacionais nos levou a indagar a respeito da escassez de estudos que direcionem suas pesquisas às motivações dos indivíduos nas sociedades contemporâneas para participarem politicamente. Há muitos estudos que mapeiam quem são os cidadãos que participam das instituições formais da política, onde participam e a intensidade de sua participação, mas poucos são aqueles que procuram esclarecer sobre quais valores e motivações estão fundadas tais escolhas.

Essas são, sem dúvida, ao nosso ver, dimensões não menos significativas para a análise das ações políticas numa sociedade, na medida que se reconhece que as respostas dos atores políticos a situações sociais objetivas passam necessariamente por suas percepções e avaliações subjetivas acerca desses fenômenos. Presumir que uma vez estabelecidas as regras da competição

a partir de uma moldura constitucional torna-se possível não só predizer padrões de interação entre agentes racionais, mas também determinar quais são os resultados esperados dessas interações, implica deixar de reconhecer as múltiplas e complexas articulações entre ideias, práticas e instituições sociais. Nessa perspectiva, cremos ser necessária a realização de estudos que problematizem qualitativamente os diversos fatores que envolvem as motivações e os contextos socializadores para o exercício da ação política nas democracias modernas.

À luz dessas considerações iniciais, e no intuito de trazer alguma contribuição para o debate, é que foi realizada, no último trimestre de 2013, pesquisa junto aos alunos da Universidade de Brasília,¹ com objetivo central de qualificar a intensidade de sua participação política, investigar as representações desses jovens acerca do campo político brasileiro e suas motivações para participarem ou não da política nacional.

Procedimentos metodológicos

A estratégia metodológica adotada pautou-se na realização de um *survey* com os alunos da graduação da Universidade de Brasília a partir da aplicação de questionário constituído por questões abertas e fechadas.² A seleção dos alunos entrevistados deu-se a partir da elaboração de uma amostra estratificada de 94 alunos calculada a partir do universo dos alunos da UnB que estavam cursando o sexto semestre ou acima desse período (4015 alunos), em seus respectivos cursos de graduação diurnos e que faziam parte das 11 (onze) faculdades e dos 12 (doze) institutos do campus Darcy Ribeiro. Foram entrevistados alunos de 43 cursos³ distribuídos nas seguintes três áreas de conhecimento

¹ A pesquisa contou com a valiosa colaboração de três alunos do curso de Sociologia da UnB (Sérgio Barbosa, Maitra De Biase Dell'Erba e Jéssica Ferraz) que receberam apoio do CNPq, através do financiamento de bolsas de iniciação científica (ProIC). A pesquisa recebeu também o apoio financeiro da Capes para a realização do estágio sênior dessa pesquisadora, no *Brazilian Studies Programme*, na *University of Oxford*, durante o mês de fevereiro de 2014, quando foram apresentados preliminarmente os seus resultados.

² Agradecemos especialmente aos professores Mário Fuks e José Álvaro Moisés, cujos questionários aplicados em suas pesquisas, respectivamente: *Juventude e socialização política: Parlamento Jovem* (2008) e *A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas* (2006) foram fontes centrais para a elaboração do nosso instrumento de coleta de dados e tiveram questões reproduzidas e adaptadas ao nosso próprio questionário.

³ Os cursos selecionados foram: Psicologia, História, Serviço Social, Geografia, Letras, Ciência Política, Artes Visuais, Artes Cênicas, Desenho Industrial, Música, Relações Internacionais, Sociologia, Biblioteconomia, Museologia, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Administração, Gestão de Políticas Públicas, Economia, Direito, Pedagogia, Educação Física, Medicina, Farmácia, Nutrição, Odontologia, Agronomia, Ciências Biológicas, Geologia, Geofísica, Matemática, Ciência da Computação, Estatística, Física, Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Redes, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Engenharia Florestal.

do ensino superior definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (61,2%), Ciências da Vida (19,2%) e Ciências Exatas e da Terra e Engenharias (19,6%). Para o cálculo da amostra estabeleceu-se um grau de confiança de 95% e um erro máximo aceitável de 10% ($d=0,10$). A definição do critério de antiguidade nos cursos (sexto semestre ou acima) para a seleção da amostra, pautou-se na constatação de que os alunos que se encontravam pelo menos na metade, ou para além desse período, de sua formação na graduação, já puderam vivenciar certa experiência acadêmica e terem contato com processos políticos de naturezas diversas dentro da universidade. Chegou-se, assim, a uma amostra de 94 estudantes, distribuídos proporcionalmente entre as áreas de conhecimento: 58 alunos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 18 alunos da área Ciências da Vida e 18 alunos da área Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. A aplicação dos questionários se deu de forma presencial e via internet.

Ainda com relação à obtenção dos dados primários, a utilização de questões abertas teve como objetivo central o aprofundamento e a ampliação de determinadas temáticas, de forma a aliar rigor metodológico quantitativo a procedimentos analíticos de cunho mais qualitativo e menos lineares. Cabe salientar que, para a interpretação das representações desses universitários acerca do campo político brasileiro e de suas motivações para participarem ou não da política nacional, optou-se pela sistematização de certos conteúdos valorativos presentes no discurso desses atores sociais, expressos nas questões abertas dos questionários. Intentou-se recolocar em pauta um tema caro à sociologia, que é a interpretação do sentido subjetivo que os atores sociais dão às suas próprias ações. Buscou-se não só dar voz aos sujeitos investigados, mas também sublinhar a sua dimensão interativa.

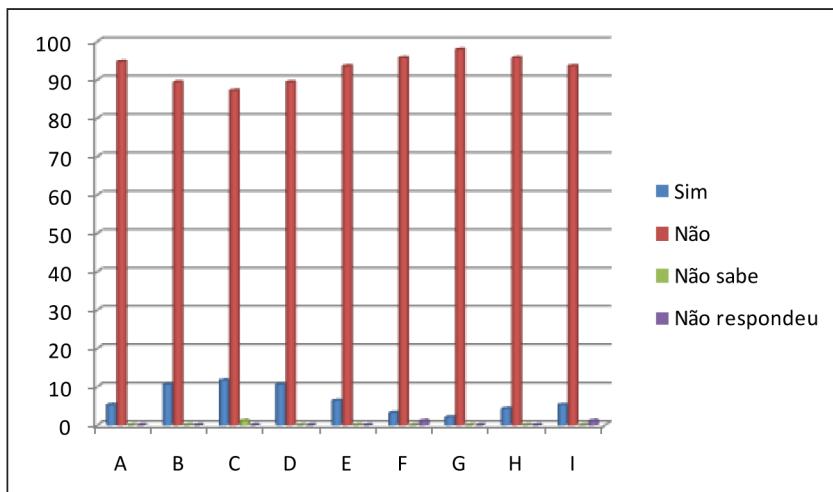
Deve-se esclarecer que o discurso é aqui compreendido na perspectiva de Maingueneau (1993, p. 50), ou seja: “bem menos do que um ponto de vista, (o discurso) é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. Sua enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem.” Ou, como nos lembra Gill (2011), a linguagem é tanto construtiva quanto construída. Isso significa que nenhuma linguagem é neutra; ao contrário, o discurso é parte essencial da construção da vida social. As formas como as pessoas concebem a realidade são, então, histórica e culturalmente específicas. Compreendemos o mundo não por sua natureza essencial, mas pelos processos sociais. Tendo em vista o aspecto prático de todo discurso, os atores sociais estão continuamente orientando-se

pelo “contexto interpretativo” no qual estão inseridos e construindo seus discursos para se ajustarem a ele. Reconhecer a importância do contexto na formulação dos argumentos não significa percebê-los como falácias deliberadas, pois a formulação de qualquer discurso implica estabelecer uma versão do mundo diante de versões competitivas.

O universo da política para os alunos da UnB: uma interpretação

Direcionando a discussão para a apresentação dos dados coletados, assume destaque a baixíssima participação desses universitários em instituições associativas e representativas. Mais de 87% deles não participam de nenhuma associação, nem são membros de algum conselho, sindicato ou movimento social. O gráfico 1 nos dá ideia de como se distribui essa participação de acordo com as instituições elencadas.

Gráfico 1. Participação em associações políticas



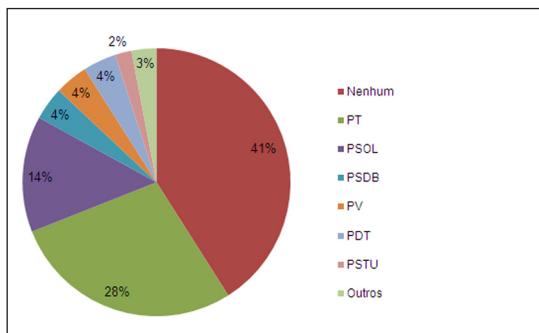
Legenda: **A** - Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos(as) do bairro; **B** - Associação/ONGs ligados ao movimento negro / indígena / feminista / liberdade de opção sexual; **C** - Associação /ONGs / ligadas a movimentos sociais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, sociedade etc; **D** - Associação estudantil ou união de estudantes; **E** - Grupo artístico ou cultural como hip hop, rap, grafite, etc; **F** - Sindicato ligado ao seu trabalho; **G** - Orçamento Participativo ou Conselhos de Políticas Sociais; **H** - Associação religiosa que atua com objetivo de conscientização e mobilização de segmentos da sociedade, como Pastoral da Terra; **I** - Outras Associações.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Cerca de 41% dos entrevistados admitiram não se identificar com nenhum partido político. Mesmo entre os que admitiram simpatia por algum, não houve registro de filiação. Entretanto, há que se salientar a preferência

entre esses universitários pelos partidos de esquerda ou centro-esquerda brasileiros. Apenas o PT (28%) e o Psol (14%) apresentaram percentuais de alguma relevância em termos de identificação entre os entrevistados.

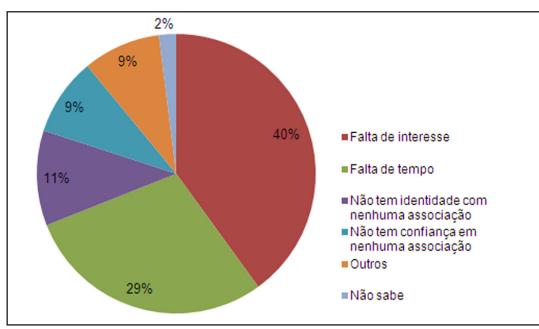
Gráfico 2. Identificação com partidos políticos



Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando questionados sobre o porquê de sua não participação em instituições políticas formais, eles revelaram como principais motivos: o seu pouco interesse no exercício da política institucional (40%), a falta de tempo para o exercício de tais atividades (29%) e a reduzida identificação com tais instituições (11%). No gráfico que se segue apresentamos as motivações que nos auxiliam a explicar a não participação.

Gráfico 3. Motivos para a não participação

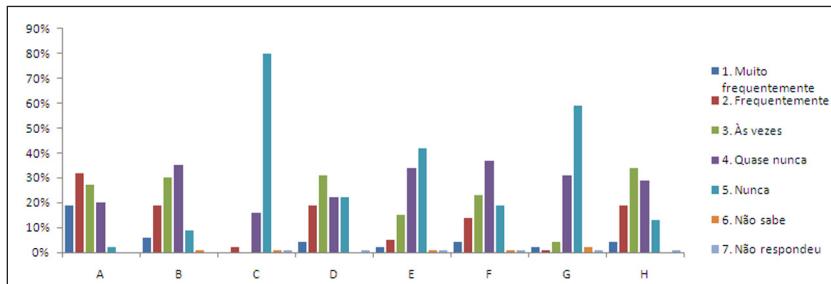


Fonte: Dados da Pesquisa.

A participação política em atividades de natureza diversa da institucionalizada mantém, igualmente, baixos índices de adesão entre os alunos da UnB. Como expresso no gráfico 4, 96% dos entrevistados nunca, ou quase nunca, trabalharam em campanhas eleitorais, 90% nunca ou quase nunca participaram de

Conselhos Locais ou do Orçamento Participativo, 76% nunca ou quase nunca participaram de reuniões para tentar resolver problemas de sua comunidade e nem se engajaram em algum movimento ou causa social mais ampla (56,%).

Gráfico 4. Participação em ações políticas



Legenda: A - Conversa sobre política com amigos; B - Tenta convencer alguém do que você pensa politicamente; C - Trabalha para um candidato ou partido político; D - Trabalha por um tema que afeta a sua comunidade; E - Participe de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do seu bairro ou cidade; F - Participa de reuniões de algum movimento ou causa social; G - Participe de Conselhos locais/Orçamento Participativo; H - As pessoas pedem sua opinião sobre política.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Cabe inicialmente apontar que a baixíssima participação desses universitários brasilienses nas instituições centrais da política democrática não se distancia de perspectiva similar entre a juventude de outros países.

Manuel Castells (2013), ao examinar os diferentes movimentos sociais que sacudiram o mundo nos últimos anos, como a *Primavera Árabe*, os *In-dignados* na Espanha, o *Ocuppy* nos Estados Unidos, as revoltas na Islândia e mesmo as *Jornadas de Junho* no Brasil, revela que os mesmos comungam entre si: a baixa confiança nas instituições políticas democráticas, o antipartidarismo, a desconfiança na mídia, o não reconhecimento de lideranças e organizações formais e se sustentam e se mobilizam via internet. Utilizando-se de dados oriundos do *Eurobarometer* e do *Instituto Gallup*, Castells aponta que na União Europeia, em 2011, menos de 30% dos entrevistados afirmaram confiar em seus governos e parlamentos nacionais. Nos Estados Unidos, a situação se mostrou similar; em 2010, apenas 10% dos entrevistados admitiram muita confiança no Congresso e menos de 40%, na Presidência (Castells, 2013, p. 228-230).

Paolo Gerbaudo (2012), em seu livro *Tweets and streets*, no qual também analisa alguns dos referidos movimentos sociais, aponta igualmente para o profundo descrédito das instituições políticas e dos políticos, de uma forma geral, frente à população e aos jovens, em particular. Segundo ele, a classe política rompeu com o contrato social que funda o sistema representativo, qual seja: a concessão do poder em troca do atendimento de demandas sociais. Há a

percepção difundida na sociedade de que a classe política atende somente a sua própria agenda e de que os partidos não representam os interesses da sociedade pós-industrial de hoje. Em comum, os manifestantes que ocuparam as ruas desses países cobram um novo tipo de democracia, com maior transparência e participação popular. Assim como Castells, Gerbaudo ressalta que a difusão das redes sociais permitiu a construção de novas formas de organização social, cujos resultados ainda não se mostram claros, mas indicam distintas maneiras de pensar e fazer a política.

O que esses autores apontam, e as vozes das ruas parecem reafirmar, é que a política democrática contemporânea encontra-se num momento de profundas mutações em seus contornos institucionais, em seus sujeitos e discursos. Como bem salienta Nogueira, o mundo interconectado, numa complexa combinação entre grandes redes de comunicação, mídia e indústria de entretenimento, desgasta as instituições políticas, convertendo a política “num espetáculo dentre outros, banalizando-a, tirando-lhe eixo e substância. Diante do desafio, a política reflui e acaba capturada por suas próprias contradições, perdendo eficácia. [...] O ritmo lento e a natureza sanguínea da política são entendidos como ineficácia, desperdício e insensatez” (Nogueira, 2014, p. 108).

Em perspectiva paralela, quando admitem a falta de interesse e a falta de tempo como principais motivos para não atuarem politicamente, os alunos da UnB expressam outro fenômeno característico das sociedades contemporâneas, que é o predomínio de subjetividades voltadas para realização pessoal de forma profundamente egoísta e hedonista. Como nos aponta Bauman (2000), o incremento da liberdade individual na modernidade tardia foi acompanhado pela expansão da impotência coletiva. As pontes entre a vida pública e privada foram destruídas, ou nem sequer chegaram a ser construídas, dificultando a tradução do que é público nos problemas privados. Se essa tradução encontrasse impedida, “as únicas queixas ventiladas em público são um punhado de agonia e ansiedades pessoais que, no entanto, não se tornam questões públicas apenas por estarem em exibição pública. [...] Sem poder extravasar normalmente, nossa sociabilidade tende a se soltar em explosões espetaculares, concentradas – e breves como todas as explosões” (Bauman, 2000, p. 10-11).

A descaracterização e o esvaziamento das esferas do público e do privado no mundo contemporâneo destituíram, para Bauman, a política de sua essência democrática, qual seja: a de ser ação exercida e cultivada na companhia de outros e voltada para a construção de sentidos e práticas que possam tomar forma como “bem público”. Em direção oposta, vivemos uma época em que a preocupação com o bem público foi trocada pela liberdade de se buscar a satisfação pessoal, onde se projetam ideologias calcadas no indivíduo aquisitivo e na

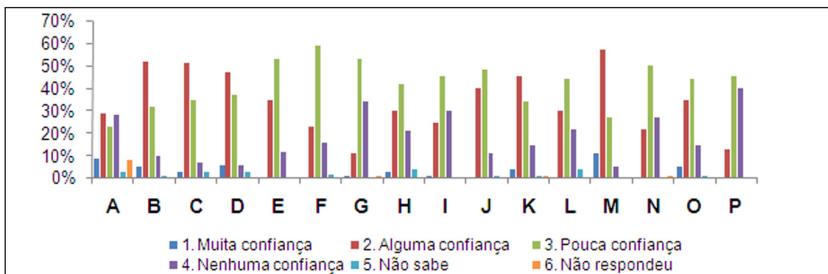
supervalorização do mercado. Se a revitalização da política passa pela reconstrução da *ágora*, compreendida como “espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo, [...] em que as ideias podem nascer e tomar forma como ‘bem público’, ‘sociedade justa’ ou ‘valores partilhados’” (Bauman, 2000, p. 11), há que se admitir que restaram poucos desses espaços e não se veem de forma clara outros capazes de substituí-los.

Vivemos, pois, em sociedades cuja expansão desenfreada do consumo, e em virtude de sua natureza efêmera e elástica, não propiciam ações que engendrem solidariedade. Todavia, como nos lembra Honneth (2001), a solidariedade enquanto expressão das relações de dependência entre os indivíduos, assume destaque como elemento de coordenação social dos experimentos humanos para resolução de problemas. Como força integradora e fundamento da esfera pública democrática pauta-se em critérios ético-morais substantivos, compartilhados de forma dinâmica pelos indivíduos de uma sociedade. Ora, se assistimos na modernidade tardia ao esvaziamento dos espaços e da própria discussão dos valores ético-morais que norteiam a ação política como dispositivo central propulsor de solidariedade, dá-se a sua fragilização como instrumento que, a partir do conflito, recomponha diferenças e interesses na auto-organização da vida social. Não chegam a surpreender, portanto, e como resultados, a participação pouco ativa dos agentes sociais nas instituições representativas e associativas contemporâneas e o baixo grau de confiança nos sistemas políticos e na própria sociedade como esferas de solidariedade. Novamente os dados coletados são reveladores nesse sentido.

A pesquisa aponta que 80% dos entrevistados estão pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil. Cerca de 41% acreditam que a democracia pode funcionar sem o Congresso Nacional, 95% não confiam que os impostos pagos serão bem gastos pelo estado e 70% creem que os funcionários do governo não se preocupam muito com aquilo que eles pensam. Possuem baixíssima confiança na grande maioria das instituições públicas e privadas (gráfico 5): 65% têm pouca ou nenhuma confiança na polícia, 75% têm pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional, 87% têm pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos, 63% têm pouca ou nenhuma confiança nos sindicatos, 75% têm pouca ou nenhuma confiança nos empresários, 59% têm pouca ou nenhuma confiança no governo federal, 66% tem pouca ou nenhuma confiança na Câmara Legislativa do Distrito Federal, 77% têm pouca ou nenhuma confiança na imprensa escrita, 59% têm pouca ou nenhuma confiança na internet e 85% têm pouca ou nenhuma confiança na televisão. As instituições melhor avaliadas foram respectivamente: as leis do país (68% depositam alguma ou muita confiança nelas), as Forças Armadas

(57%), o Poder Judiciário (54%), o Supremo Tribunal Federal (53%) e a Presidência da República (49%).

Gráfico 5. Grau de confiança nas instituições e setores sociais



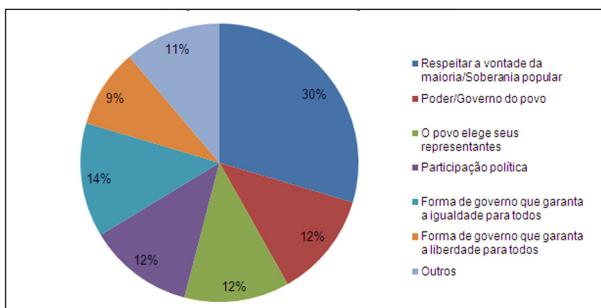
Legenda: A - Na Igreja; B - Nas Forças Armadas; C - No Poder Judiciário; D - No Supremo Tribunal Federal; E - Na Polícia; F - No Congresso Nacional; G - Nos Partidos Políticos; H - Nos sindicatos; I - Nos Empresários; J - No governo; K - No Presidente; L - Na Câmara Legislativa do DF; M - Nas Leis do País; N - Na Imprensa Escrita; O - Na Internet; P - Na televisão.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No plano dos valores reconhecidos como da cidadania, o grau de confiança é também deveras baixo: 73% dos universitários não acreditam que haja igualdade perante a lei no Brasil, 49% reconhecem que os brasileiros cumprem pouco as leis, 61% admitem que os brasileiros são pouco conscientes de seus deveres, e 70% afirmam serem os brasileiros pouco ou nada conscientes de seus direitos e quase nunca os fazem valer na prática.

Interessante observar que a crítica ao sistema político brasileiro não se encontra relacionada à desinformação acerca do regime político democrático, nem à falta de adesão a ele e aos seus valores centrais: nada menos que 78% dos entrevistados concordam que a democracia é a melhor forma de governo. As definições amplamente difundidas acerca do conceito de democracia também são reconhecidas pelos estudantes.

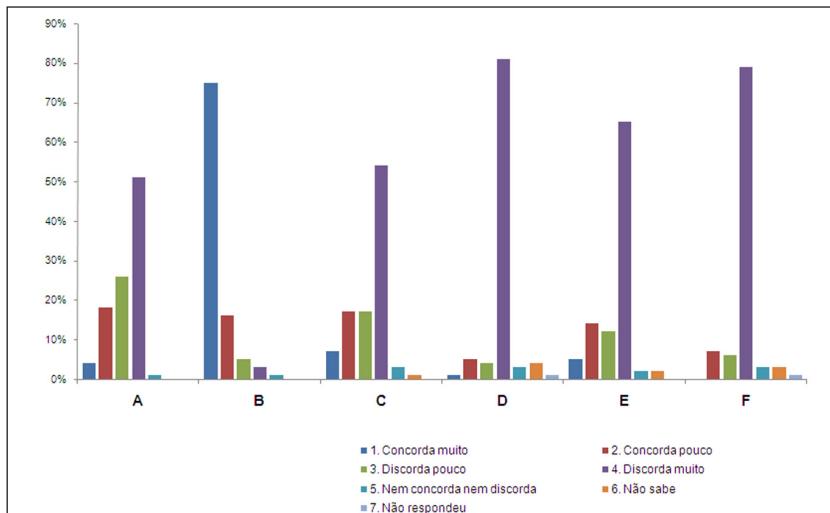
Gráfico 6. O que é democracia para você?



Fonte: Dados da Pesquisa.

Além disso, 75% rejeitam de modo veemente soluções autoritárias de cunho populista (salvadores da pátria), ou ditatoriais, como o retorno aos governos militares (85% rejeitam essa ideia).

Gráfico 7. Democracia × autoritarismo

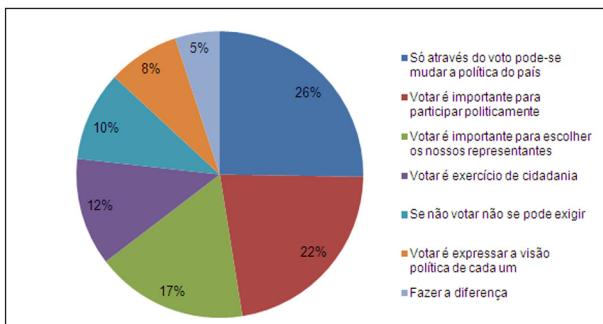


Legenda: **A** - Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Parlamento e das instituições, desde que resolva os problemas; **B** - Prefiro a democracia a ter um líder político que tenha todo o poder, sem ser controlado pelas leis; **C** - Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos e tomar decisões sozinho; **D** - O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder; **E** - Eu daria um cheque em branco a líder político que resolvesse os problemas do país; **F** - O Brasil seria melhor se existisse apenas um partido político.

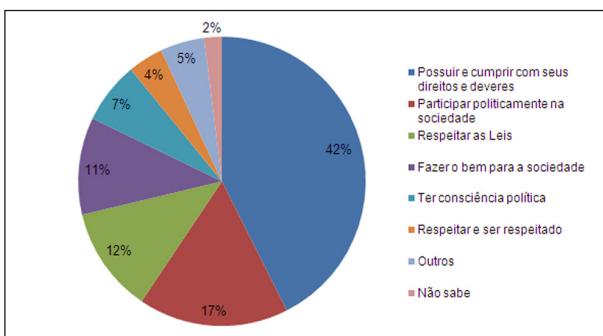
Fonte: Dados da Pesquisa.

Rejeitam o Congresso Nacional e os partidos políticos, mas admitem (59%) a sua indispensabilidade para a democracia. A indignação com o nosso sistema político também não os faz desistir de participar das eleições como eleitores: 72% dos universitários não deixariam de votar, mesmo que o voto não fosse obrigatório. Entre as justificativas para isso, estão: reconhecimento do voto como instrumento para a mudança social (25% das respostas), de participação (22%), de escolha de representantes (17%) e exercício de cidadania (12%).

As representações desses jovens acerca do conceito de cidadania também foi objeto de investigação da pesquisa. As dimensões clássicas da cidadania definida por Marshall encontram-se amplamente presentes em suas emissões discursivas. Possuir e exercer direitos e deveres (43% das respostas), participar politicamente da sociedade (16%) e respeitar as leis (12%) estão entre as emissões mais incidentes.

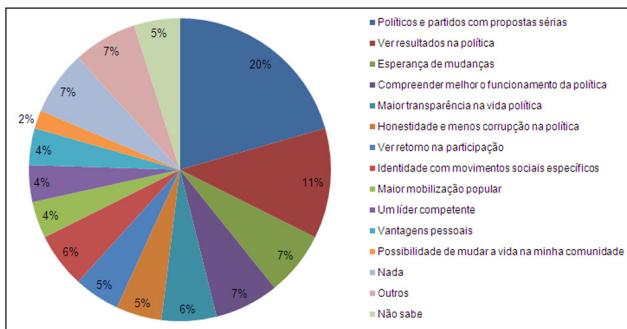
Gráfico 8. Motivações para votar

Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 9. O que é ser cidadão para você?

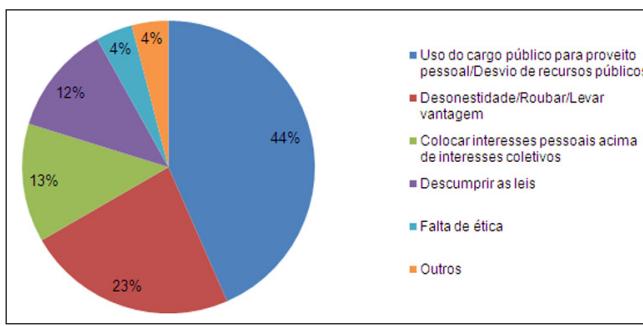
Fonte: Dados da Pesquisa.

O descrédito em relação às instituições e aos atores políticos brasileiros e a sua baixa adesão em atuar de forma mais intensa politicamente, não os impedem, ainda, de reconhecer a importância da participação política nas sociedades democráticas. A maioria absoluta (88%) concorda muito com a afirmação de que *a participação política é necessária para a democracia no país*. O que os levaria então a participar mais intensamente da política? Tomando como referência suas justificativas em relação ao que os motivaria a participar politicamente, observam-se que mudanças em termos da qualidade e efetividade das ações políticas nacionais são fundamentais para estimulá-los a participar. Entre as respostas mais frequentes, podemos observar as seguintes: políticos e partidos com propostas sérias (21%), ver resultados na política (12%), esperança de mudanças (7%), compreensão do sistema político (7%); maior transparência (6%) e menos corrupção também foram apontados (5%) de forma mais significativa.

Gráfico 10. Motivações para participação política

Fonte: Dados da Pesquisa.

A falta de credibilidade da política nacional aliada ao sentimento de indignação frente à forma pouco transparente, e muitas vezes corrupta, com o trato da coisa pública no Brasil são certamente elementos centrais que afastam nossos jovens de uma participação política mais dinâmica. A pesquisa revela, inclusive, percepção ampla entre esses jovens acerca do que vem a ser uma ação corrupta. Indagados sobre como definiriam o conceito de corrupção, eles majoritariamente (44%) reconhecem o uso indevido da coisa pública em prol de interesses pessoais, relacionando tais ações com o roubo, a desonestidade, o levar vantagem (23%) e a falta de espírito público (13%).

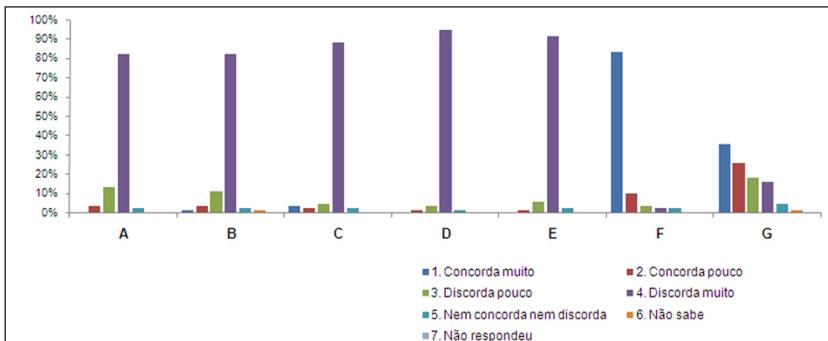
Gráfico 11. O que é corrupção para você?

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando instigados a se posicionarem em relação a situações que vinculem as ações de políticos com o desvio de dinheiro público, eles são críticos veementes a tais comportamentos: 88% discordam muito da afirmação que absolve penalmente políticos que executam muitas obras da responsabilidade do roubo e do desvio de recursos públicos; ou que seja admissível o desvio

de dinheiro público para o financiamento de campanhas eleitorais (95% discordam muito dessa afirmação). Em verdade, o roubo de recursos públicos por políticos é condenado em qualquer circunstância: 92% discordam muito da afirmação que admite que o melhor político é aquele que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.

Gráfico 12. Avaliações acerca da política e o trato com os recursos públicos

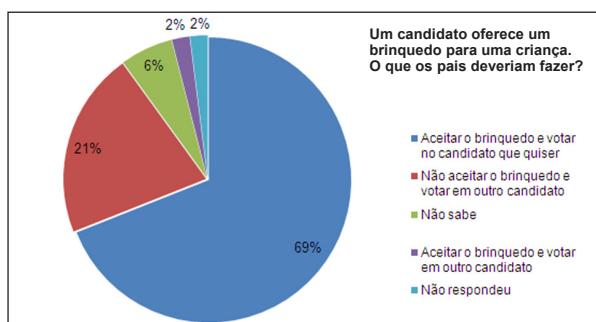


Legenda: **A** - Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa; **B** - Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população; **C** - Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça; **D** - Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral; **E** - O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco; **F** - O melhor político é o que faz e não rouba; **G** - É melhor um político que faça pouco, mas não roube.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Entretanto, quando estimulados a avaliar situações em que o voto é negociado para a aquisição de vantagens pessoais, o julgamento moral dos entrevistados muda completamente de direção. Seguindo o modelo do questionário da pesquisa de Fuks (2008), propusemos aos nossos entrevistados a avaliação de três situações distintas de troca de votos; são elas:

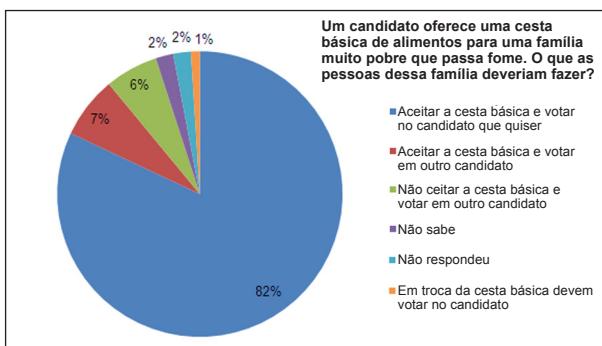
Gráfico 13. Política e corrupção (A)



Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 14. Política e corrupção (B)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 15. Política e corrupção (C)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como fica claro nas avaliações dos estudantes, o julgamento em relação à criminalização de ações corruptas sofre enorme variação quando estão em foco situações de oportunismo que lhes permitiriam tirar vantagens de diversas naturezas, principalmente quando confrontados indivíduos em situações de poder muito distintas. Para nós, a flexibilização moral desses universitários em relação ao julgamento das circunstâncias da vida política é central para analisarmos sua compreensão da vida pública.

Como nos lembra Castoriadis, a mera adesão a preceitos democráticos não garante o “estado de direito” nem o “estado de direitos” (citado por Bauman, 2000, p. 112). A educação cívica é, sem dúvida, instrumento relevante para a vida política, mas está longe de ser suficiente para a sua ativação. Descolada de valores que alimentem e sustentem virtudes públicas, funciona no mais vezes apenas como retórica. Neste sentido, apesar de estar se tratando de parcela privilegiada da

população brasileira,⁴ e que apresenta conhecimento sofisticado acerca de seus direitos e deveres e sobre os preceitos fundamentais de uma sociedade democrática, isso não os mobiliza a atuarem politicamente na defesa de seus interesses; pelo menos via os canais tradicionais da política, e nem muito menos os capacitam a agirem coletivamente na ativação de processos que a todos comprometam.

Sobre esse aspecto, Honneth (2014) traz contribuição precisa, ao destacar que, desde Kant, encontra-se demarcada a indissolubilidade do vínculo entre a democracia e a educação. Segundo ele, somente a partir da instrução geral e pública é que seria possível a aquisição expandida dos mecanismos morais e culturais capazes de empreender a consolidação da ordem republicana a partir do ensino de formas de comportamento vitais para a formação da vontade democrática. Para tanto, a educação “deve apostar muito mais fortemente na habituação a uma cultura associativa do que na transmissão unilateral de princípios morais” (Honneth, 2014, p. 556). O cerne do processo educacional não estaria então centralizado no repasse de ditames individuais para ações corretas, ou mesmo na produção de qualificações profissionais, mas no aprendizado de “condutas que permitam a atuação moralmente autoconfiante numa comunidade operante” (Honneth, 2014, p. 555). Não cabe à escola desenvolver sujeitos isolados, mas a ela cabe a constituição de uma comunidade de aprendizado cooperativo e de fomento de iniciativas morais, que respeitem as diferenças culturais e as oportunidades de crescimento mútuo. Para Honneth, esse seria o caminho a ser empreendido pela educação como mecanismo central para regeneração democrática, e não fórmula vazia a decorar discursos políticos.

Na mesma direção, pode-se interpretar os posicionamentos dos entrevistados em relação ao que percebem como corrupção e como se colocam efetivamente em relação a esses atos em situações concretas. Os entrevistados reconhecem claramente as práticas corruptas e se posicionam fortemente contrários a elas quando as mesmas se apresentam numa dimensão aparentemente exterior aos seus interesses imediatos. Contudo, quando induzidos a refletir sobre a aquisição de benesses particulares na troca de votos, eles são claramente flexíveis em relação a tais práticas, principalmente quando relacionadas aos segmentos mais pobres da população. Sobre esse ponto, Pinto (2011) apresenta reflexão importante ao tratar da corrupção no Brasil. Em suas palavras, o problema da corrupção no país “se concretiza na ausência da internalização, por parte da população brasileira em geral, do sentido da

⁴ A renda familiar de 45% desses estudantes encontra-se acima de 10 salários mínimos e 22% afirmam possuir renda familiar entre 5 a 10 salários mínimos. Além disso, segundo dados da Pnad-2012, apenas 15,4% da população brasileira na idade entre 18 a 24 encontravam-se cursando o ensino superior.

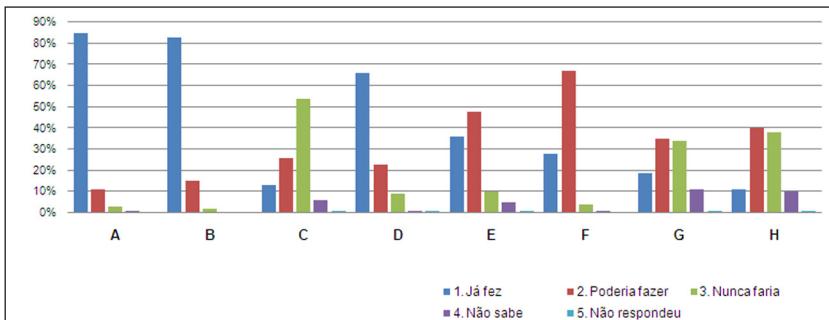
coisa pública como os direitos, bens e valores que pertencem ao conjunto da população, independente de classe social, sexo, etnia, idade ou qualquer outra marca diferencial. Agrega-se à coisa pública o interesse público, resultado de um embate público entre forças sociais. O interesse público não é o somatório, nem tem um conteúdo fixado *a priori* por qualquer princípio ou grupo no poder; ele revela o estado de equilíbrio de forças em uma dada sociedade. Não é, entretanto, efeito de exclusão de setores sociais, mas de inclusões sucessivas, que redimensionam direitos e interesses de classes e grupos constantemente” (Pinto, 2011, p. 80-81). A dimensão contingente e conflitiva está assim presente em todos os arranjos sociais e em qualquer ordem normativa. Dessa forma, normatividade e sociabilidade podem ser interpretadas como resultados instáveis de enfrentamentos entre diferentes projetos de sociedade, que lutam para institucionalizar suas demandas e interesses. Não há um plano inalterável do social; qualquer experiência ou projeto normativo está sujeito a mudanças e submetido a pressões. Como esse processo irá se desenrolar é algo que envolve a órbita da política, espaço privilegiado para que se componham desejos e interesses em disputa e se construam interações coletivas.

Há, porém, elementos no discurso e na prática dos entrevistados que nos possibilitam pensar que o seu atual desinteresse pela política não é algo intransponível. Apesar do descrédito e da fraca participação dos alunos da UnB em relação ao sistema político brasileiro, a discussão sobre a política faz parte do cotidiano da maioria. Cerca de 51% dos entrevistados admitem que conversam sobre política com frequência (gráfico 4). Além disso, apresentam disposição em participar de manifestações políticas quando certas temáticas assim os motivarem. Com efeito, a ação política a partir da assinatura de manifestos escritos ou abaixo-assinados *on line*, já foi realizada pela maioria esmagadora dos alunos (85% e 83%, respectivamente). A participação em manifestações e passeatas é também expressiva (66%); e ressalta-se a disposição em participarem de greves (48%), de reuniões em sua comunidade (67%), de participarem de bloqueio do trânsito (35%) ou de ocuparem prédios, fábricas, terrenos e escolas (40%).

Grande parte (56%) desses universitários estiveram também presentes nas *Jornadas de Junho* de 2013 e admitiram ser amplamente favoráveis (75%) a essas manifestações. Justificaram seu interesse em participar das *Jornadas de Junho* principalmente pela crença de que movimentos dessa natureza possam mudar a realidade do país (43% das respostas), e/ou são a expressão de sua insatisfação com a atual situação brasileira e indignação com os nossos políticos (25% das respostas). Para os que não participaram, as justificativas principais recaem sobre a falta de clareza quanto aos objetivos do movimento

(41% das respostas), o medo da violência (12%), ou o fato de estarem em fase de provas ou trabalho (12%).

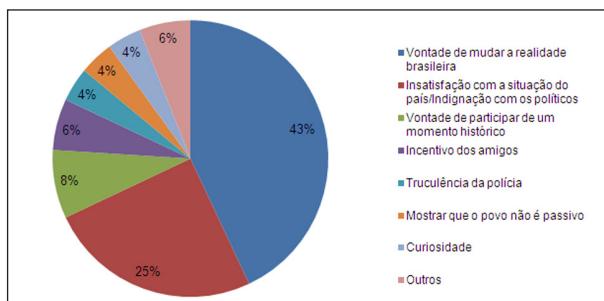
Gráfico 16. Disposição para ações políticas



Legenda: A - Assinar uma petição, um manifesto ou abaixo-assinado escrito; B - Assinar uma petição, um manifesto ou abaixo-assinado on-line; C - Participar de campanha eleitoral distribuindo panfletos ou tentando convencer alguém a votar em um candidato; D - Participar de manifestações ou protestos e passeatas; E - Participar de greves; F - Participar de uma reunião na sua comunidade ou bairro; G - Bloquear o trânsito; H - Ocupar prédios, fábricas, terrenos, escolas.

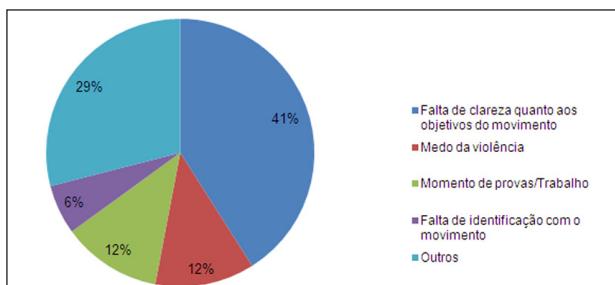
Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 17. Motivações para a participação nas jornadas de junho



Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 18. Motivações para a não participação nas jornadas de junho



Fonte: Dados da Pesquisa.

A significativa participação dos alunos da UnB nas *Jornadas de Junho* insere-se no atual contexto do surgimento de novas formas de ação coletiva, voltadas para um ativismo político, cujos fins ainda se mostram pouco definidos. Não obstante, e de acordo com Castells (2013), ao criarem uma comunidade livre num espaço simbólico, os novos movimentos sociais fundam um espaço público, “um espaço de deliberação que em última instância se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação, apropriadas por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes” (Castells, 2013, p. 16). Mas, de onde que vêm esses movimentos? Suas raízes, segundo o autor, encontram-se num mal estar presente em todas as sociedades e expresso no conflito profundo entre as aspirações humanas por justiça e as injustiças de diferentes ordens existentes em todas as partes do planeta, e em termos individuais, o elemento detonador, que impele a participação dos sujeitos em movimentos é de ordem emocional. Utilizando-se de preceitos da teoria da inteligência afetiva, Castells aponta que as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo e o entusiasmo. “Se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam. Essa identificação é mais bem atingida compartilhando-se sentimentos em alguma forma de proximidade criada no processo de comunicação. [...] Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propelido pelo entusiasmo e motivado pela esperança” (Castells, 2013, p. 19). No mundo contemporâneo, as redes multimodais constituem-se nos veículos interativos e amplificadores mais intensos da história. Quanto mais interativa e reprogramável for a comunicação, maior é o potencial participativo que ela poderá engendrar. Mas em qual lugar se encontra o papel das ideias e das ideologias no cerne desses movimentos? Castells não foge à pergunta e aponta o papel central das ideias e propostas programáticas na passagem da ação motivada pela emoção para a deliberação. Não há, porém, regras ou caminhos preestabelecidos; esse é um processo cujos resultados são contingentes e abertos a contínuas reprogramações, adquirindo, contudo, maior representatividade, quanto mais forem gerados dentro dos próprios movimentos e com base na experiência dos participantes.

O exercício de novas formas de ativismo político no Brasil não significa, todavia, a superação do sentimento corrente entre esses jovens, de que o poder se apresenta como algo exterior ao seu cotidiano e a sua real capacidade de intervenção. Tal perspectiva encontra-se presente em seus discursos acerca da política nacional e é cultuada diariamente pelos meios de comunicação de massa, enquanto organizadores centrais da opinião pública na modernidade. Sabemos que o universo comunicativo no qual nos movemos depende daquilo que circula na comunicação socializada. Isso não significa que sejamos seres passivos, mas os materiais pelos quais processamos nosso universo cognitivo são os que recebemos de forma privilegiada dos meios de comunicação. De acordo com Castells (2009), a política que não é midiática, no mundo moderno, não é política. Para que se exerça então de forma ampliada, ela precisa passar mensagens muito poderosas e sensíveis à audiência. Qual seria então o elemento central em disputa? A confiança. Assistimos, pois, diariamente a batalhas pelo poder simbólico onde o que está em disputa é fundamentalmente a reputação e a confiança. Por isso a “política do escândalo” é o modelo de ação política fundamental em nossa sociedade, constituindo-se em fator potente, ainda que não único, do descrédito da política de forma geral. Contudo, o universo das comunicações não se restringe ao poder institucionalizado; é também espaço de “contrapoder”, onde a “autocomunicação” expressa nas redes digitais e multimodais rompe com os canais restritos da comunicação. Encontrar as chaves temáticas, que se conectem a certas “metáforas” mobilizadoras e desativem outras, é o cerne da ação política no mundo de hoje. Nessa dinâmica, crê-se que a ação dos intelectuais e do estado ainda se mostram centrais.

Os intelectuais são agentes privilegiados para restabelecer a tradução do privado para o público. Para tanto, precisam questionar o seu caráter autorreferenciado e o seu descompromisso para com os outros setores da sociedade. Ou, como nos ensina Bourdieu (1996), necessitam optar constantemente entre os dois usos distintos que envolvem a dimensão do conhecimento científico: o “cínico” e o “clínico”. O primeiro remonta à perspectiva utilitária do saber e ao seu uso para extração de vantagens pessoais; o segundo pode auxiliar a distinguir o que é impróprio à nossa moralidade. Ambos constituem-se em possibilidades, e o conhecimento por si só não é definidor das escolhas a serem tomadas. Não obstante, na sua ausência, não se teria sequer a opção de escolha.

De outra feita, o pensamento científico herdou na modernidade, a “autoridade” que antes era privilégio da religião. As concepções dos intelectuais são decisivas para a definição das formas e conteúdos sobre os

quais uma sociedade seleciona e empreende seus projetos coletivos. No Brasil, em particular, reconhece-se a profunda influência do pensamento acadêmico na construção e reprodução das ideias-chave que alimentam o nosso imaginário social, principalmente no que se refere à identidade nacional. Reconhece-se, na ciência e no senso comum, o poder das noções relacionadas a um suposto “mal de origem” gerado por nossa colonização, o qual nos levou a um destino pouco digno em termos civilizatórios. De outro lado, também se observa, como produto da influência do pensamento científico, os elementos de positividade que tendemos a valorizar e a naturalizar em nossa sociedade, como a afetividade, a abundância da natureza, a alegria, o não conflito, a plasticidade etc. Como enfatiza Souza (2009), a identidade nacional é um dos elementos fundantes do sentimento de solidariedade coletiva, existente em qualquer sociedade. Ela não só propicia a instauração da solidariedade coletiva dominante, mas é igualmente fonte decisiva para a construção das identidades individuais na modernidade. As dimensões do cidadão e do indivíduo autônomo não estão desconectadas. “Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia, não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e de igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum” (Souza, 2009, p. 42). Preocupante, todavia, é quando as ilusões do senso comum adentram o campo da ciência e, ao serem legitimadas por ele, adquirem a chancela de “verdades científicas”. Em suma, o papel dos intelectuais na vida política é bifronte: o conhecimento pode ser tanto mobilizado para manutenção da ordem ao legitimar o senso comum, como pode ser crítico, quando, a partir da compreensão, é revelador dos mecanismos que legitimam e reproduzem a dominação social. Quando e qual de suas faces irá predominar é novamente da órbita da política.

O estado exerce também papel decisivo na ativação da vida política de qualquer sociedade. No entanto, o triunfo da democracia liberal o levou à condição fundamental de administrador das crises e agente da lei e da ordem. Quando o estado e a sociedade se submetem à primazia das leis do mercado sobre a *pólis*, o cidadão reduz-se a consumidor e afasta-se cada vez mais de participar do governo. Não havendo interferências contra a liberdade, o estado é levado a acreditar que “o conteúdo do bem comum foi exaurido e ele nada deve a seus súditos – nem tem responsabilidade pelos danos causados a todos os súditos pelo egoísmo, inépcia ou estreiteza com que alguns exercem

sua liberdade” (Bauman, 2000, p. 159). O resultado dessa equação é a apatia política generalizada e a renúncia do estado em exercer a sua obrigação de buscar o bem comum. Mas nada é definitivo em política e múltiplos são os resultados possíveis a partir do enfrentamento de suas diferentes forças. Se há uma crise nos estados nacionais, a qual produz atritos na institucionalidade política contemporânea, esse é também o momento de reinvenção da política na direção de sua abertura para uma sociabilidade multifacetada, que a obrigue rever seus sujeitos, suas instituições e o seu sentido. Pressionado nessa direção, o estado pode tornar-se fonte de solidariedade e constituir-se em arena na qual os interesses individuais e de grupos possam ser reformulados como questões públicas de interesse de todos os cidadãos.

Para finalizar, e à luz de nossa investigação, cremos que o desinteresse dos alunos da UnB em participar da política institucional brasileira insere-se num amplo debate contemporâneo relacionado à fragilidade dos mecanismos que engendram a solidariedade nas sociedades modernas. Se o que distingue a vida social não é o somatório de indivíduos e nem de instituições, mas envolve “algum tipo de transcendência da condição de cada um na direção de outras pessoas” (Domingues, 2002, p. 172), há que se admitir que vivemos em sociedades marcadamente voltadas para o consumo individual e, portanto, expostas à erosão da solidariedade e à escassez de pressupostos de responsabilidade ética.

Não obstante, se o que nos distingue como humanos são nossas práticas sociais, as quais remetem a significados estabelecidos não *a priori* por normatividades, mas vivenciados a partir de nossas experiências contínuas de significação, pode-se aventar que as interações humanas estão em processo incessante de reformulações significativas. As práticas sociais envolvem, portanto, interações comunicativas que remetem diretamente ao espaço da política, compreendido no sentido habermasiano não somente como espaço livre da palavra, mas também da ação estratégica, a qual não visa ao consenso, mas à competição pelo poder. Se a política é *locus* de produção e de reprodução de significados, é então campo de luta central para a efetivação dos conteúdos ético-morais orientadores das práticas sociais nas democracias hodiernas, cujos resultados são, porém, contingentes e afeitos a processos de seletividade contínuos. Como apontado, o estado, a mídia, as redes sociais, os intelectuais e a educação cívica, são instâncias e processo vitais para a elaboração e difusão das “metáforas” mobilizadoras para a participação política. Entretanto, suas ativações não passam, ao nosso ver, e de forma exclusiva, por reformulações em termos de suas formatações e funcionamento, mas pela retomada do debate dos conteúdos públicos da ação política.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *A vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012 <dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DOMINGUES, José M. *Interpretando a modernidade*: imaginário e instituições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil políticos dos jovens. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, p. 88-108, 2012 <dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>.
- FUKS, Mario. *Juventude e socialização política*: Parlamento Jovem. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- GERBAUDO, Paolo. *Tweets and streets*: social media and contemporary activism. London: Plutobooks, 2012.
- GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: Martin W. Bauer; George Gaskell (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. *Civitas*, v. 13, n. 3, p. 544-562, 2013.
- MAINQUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Ponte, 1993.
- MOISÉS, José Álvaro. *A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*. São Paulo: Nupes-USP, 2006.
- NOGUEIRA, Marco A. Representação, crise e mal-estar institucional. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 91-111, 2014 <dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000100006>.
- PINTO, Célio R. J. *A banalidade da corrupção*: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

Recebido em: 16 out. 2014

Aprovado em: 11 dez. 2014

Autora correspondente:
Debora Messenberg
UnB – Instituto de Ciências Sociais
Asa Norte
70910-900, Brasília, DF